

## **QUILOMBO DE SANTO ANTÔNIO DO MORRO GRANDE: A Dinâmica na Luta pela Obtenção do Título de Grupo Remanescente de Quilombolas**

**Alessandra Cristina Rosa<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

A partir da Constituição de 1988 as chamadas Comunidades Quilombolas ganham um destaque maior no cenário nacional e aparece a necessidade de mapear e comprovar a existência de tais comunidades. A proposta de ampliar o leque de contemplados pela referida determinação, ensejaram o recrudescimento do interesse pelos quilombos e o debate sobre a sua essência. A reivindicação pela legitimação da auto-identificação por remanescentes quilombolas é expressiva e, portanto, ao lançar um olhar mais atento para as análises teóricas desenvolvidas por diversos autores sobre o assunto e entender que as discussões circundantes ao tema é crescente, torna-se imprescindível compreender quais são os meios pelos quais essas comunidades contemporâneas se apropriam diante da luta pela obtenção e manutenção do título.

**Palavras-chave:** Quilombo – identidade - memória

Os debates em torno dos quilombos têm aparecido com frequência nas últimas décadas e abrangem diversas áreas, desde a questão territorial até a utilização conceitual.

No Brasil, o quilombo mais famoso, mas não o único, foi Palmares, criado no final de 1590 a partir de um pequeno refúgio de escravos localizado na Serra da Barriga, em Alagoas. Transformou-se num estado autônomo, resistiu aos ataques holandeses, luso-brasileiros e bandeirantes paulistas, e foi totalmente destruído em 1716.

Embora não existam mais quilombos no Brasil, no sentido como é compreendido, comunidades remanescentes se instalaram em vários estados do país. Conforme informação da Fundação Cultural Palmares o número de comunidades que se reconhecem como Remanescente de Quilombos tem aumentado consideravelmente, perfazendo na atualidade um total de 1.500 comunidades certificadas pela Palmares espalhadas pelo território nacional. Estas comunidades detêm os Direitos Culturais Históricos, assegurados pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal que tratam das questões relativas à preservação dos valores

culturais da população negra. Além disso, suas terras são consideradas Território Cultural Nacional.

Quanto à formação de muitos desses quilombos, Libby e Paiva (2005, p. 55)<sup>2</sup> em estudo relacionado à escravidão no Brasil fazem referência à formação de quilombos observando que é imprescindível deixarmos de lado a visão do escravo como submisso e identificá-lo como um agente histórico.

Ao realizarem um estudo sobre a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra nos quilombos contemporâneos, Vanessa de Oliveira e Elisângela Carosso Machado Mortari observam que a constituição dos quilombos no Brasil se deu a partir de processos variados como fugas, heranças, doações e até compras de terras, por parte dos escravos. De acordo com as autoras o “território que ocuparam identifica-se com sua história de busca pela liberdade e pela autonomia. Foi uma cultura de resistência, que se perpetuou através da memória coletiva e das estratégias de emancipação como grupo étnico.” (Oliveira e Mortari, 2006, p.3)<sup>3</sup>

José Maurício Arruti, historiador e antropólogo, enfatiza à questão conceitual e observa que em muitos casos os grupos quilombolas não tem relação com o que é apresentado pela historiografia. Segundo Arruti,

As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial entre outros.”(ARRUTI, 2006, pag. 39)<sup>4</sup>

Desde o final da Ditadura Militar que algumas mudanças relacionadas à Constituinte levaram à necessidade da mudança do termo. Neste momento o Brasil passava por um momento de movimentações sociais, como reestruturação de sindicatos, greves, surgimento do Movimento dos Sem Terra. É neste contexto que acontece também a comemoração do Centenário da Abolição da Escravidão, fator que levou muitos estudiosos a escrever sobre o período escravista brasileiro e um dos temas de destaque foi justamente a resistência quilombola.

Contudo, as chamadas Comunidades Quilombolas passaram a ganhar um destaque maior no cenário nacional com a Constituição de 1988. Conforme Adilson Rodrigues Silva a “necessidade de mapear e comprovar a existência de tais comunidades e, a seguir, a proposta

de ampliar o leque de contemplados pela referida determinação ensejaram o recrudescimento do interesse pelos quilombos e o debate sobre a sua essência” (Silva, 2010)<sup>5</sup>. Assim, a definição de quilombo, antes compreendida apenas como local de fuga/resistência, modificou-se no decorrer do tempo e, portanto, passa a estar relacionada à “comunidades com ancestralidade negra que compartilham de um mesmo território e de uma mesma cultura e que se auto-definem como tal.” (Tuzino e Ferreira, 2010)<sup>6</sup>

Conforme o *site* Observatório Quilombola<sup>7</sup> o conceito de quilombo deixou de estar atrelado ao conceito histórico de grupos formados por escravos fugidos e passou conforme o próprio *site*:

a designar a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil, fazendo referência a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravos organizados em quilombos. Nesse contexto, os quilombos foram apenas um dos eventos que contribuíram para a constituição das "terras de uso comum", categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional.

Em 1990 a Fundação Cultura Palmares, entidade pública brasileira vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668 e que confere às comunidades o direito ao título de posse da terra, passou a definir os quilombos como “sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais.” (Arruti, 2003, p. 14)<sup>8</sup>

Diante das discussões que continuavam em torno do termo, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) definiu os “remanescentes de quilombos” não como “resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”, assim como “não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea”.

Em 2003, o então presidente da República Luis Inácio Lula da Silva emitiu o Decreto 4887/2003 segundo o qual “[c]onsideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”<sup>9</sup> Assim, é necessário que as comunidades se autorreconheçam como remanescente e, mais, tenham certo conhecimento do passado do lugar. Conforme Márcia Motta “[o] direito a terra, portanto,

passa a estar subordinado a uma dada visão étnica e cultural que legitima àquele direito.” (MOTTA, p.5)<sup>10</sup>

Ao refletirmos, portanto, sobre as discussões conceituais relacionadas a expressão “remanescentes de quilombos” e ao lançarmos nosso olhar para algumas dessas comunidades é possível perceber uma inquietação no que tange as mudanças estruturais e institucionais. Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender como se dá o processo desses grupos na luta pela preservação de suas identidades na atualidade como mecanismo para conquistar ou sustentar o título adquirido como comunidade de “remanescente de quilombo”.

Conforme Adilson Silva, que realizou uma pesquisa bibliográfica sobre a cultura quilombola na contemporaneidade, não é conveniente que se busque uma comparação análoga com os quilombos do passado, em busca de rastros perdidos. Segundo o autor, a garantia dessa ligação com o passado evidencia-se dependendo da maneira como a comunidade utiliza a memória para preservar esse passado apagado, sua identidade fragmentada. Como destaca Silva “[a] procura por raízes africanas pode ser encontrada nos quilombos contemporâneos, como a base religiosa, linguagens, cor da pele, etc. ligados a africanidade, contudo, não se pode garantir a constituição identitária deste grupo.” Conforme o autor:

a procura incessante pela identificação e pela incorporação da memória, esta impregnada por raízes africanas, não condiz necessariamente como instrumento de preservação das comunidades remanescentes de quilombos. Movimentos sociais, instituições envolvidas com causas antirracistas e políticas públicas de afirmação possuem uma visão colonial da estrutura sócio-cultural destas comunidades. Assim como a própria identidade cultural fragmentou-se, num movimento permanente de construção identitária, nas comunidades não se utilizam ritos e mitos africanos como práticas culturais no seu cotidiano. A influência “de fora” proporcionou a permanência destes moradores, em comunidade, e garantiu o protagonismo e a própria sobrevivência. A procura por religiões, artefatos, costumes puramente africanos é mera ilusão. (SILVA, 2010, p. 15)<sup>11</sup>

Carolina Pereira, que fez um estudo referente a algumas formas contemporâneas de resistência étnico-cultural dos povos negros no Brasil e também analisou suas influências nas transformações da dinâmica territorial, defende que tanto as tradições quanto as histórias são revividas a partir da memória, da oralidade e da ritualidade. São esses, segundo a autora, os “elementos da transmissão da sabedoria tradicional popular e não podem ser entendidos como simples lembranças, mas como reconstrução de um passado que se perpetua e dá suporte a identidade coletiva” (2010, p.7)<sup>12</sup> e podem ser esses mesmos

elementos que nos levam a compreensão de alguns dos meios que utilizam para conquistar o título ou manter-se como Remanescentes de Quilombos.

Para Leila Martins Ramos temos práticas e ações no interior dos grupos que acabam por designar elementos característicos de seu patrimônio cultural. De acordo com a autora, isto ocorre pelo fato de ocuparem o lugar do cotidiano dos membros de tal grupo. Para a autora a memória é um dos elementos constitutivos do sentimento de unidade, de continuidade, de coerência, de pertencimento, seja entre indivíduos, em relação a um grupo ou a uma nação. Conforme Ramos:

Esses elementos característicos acabam por existir em cada um dos sujeitos envolvidos, em diferentes proporções, e invariavelmente serão apreendidos a partir de uma transmissão. Essa transmissão estará baseada principalmente na necessidade ou na validade de sua reprodução entre os membros. A abordagem neste momento gira em torno de um dos elementos chave neste processo - a memória.” (2010, p.7)<sup>13</sup>

Esta memória, portanto, é reconstruída pelo grupo e nesse sentido Maurice Halbwachs (1990) destaca que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Para o autor "lembrar não é reviver" e sim refazer, reconstruir. Conforme Halbwachs:

a memória coletiva é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, freqüentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata do seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com outros. (1990, p.88)<sup>14</sup>

Em Memória e Identidade Social, Michael Pollak, chama a atenção para o fato de que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” seja ela individual ou coletiva, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1992. p. 05)<sup>15</sup>

Outro elemento que caracteriza e que parece fundamental para essas comunidades no processo de formação e de meio para obter a titulação é a identidade, uma vez que há uma imbricação entre memória e identidade. Neste sentido, Ramos observa que “a unificação

necessária entre as construções da memória e a influência desta na caracterização da identidade ou identidades de um grupo, indivíduo, nação” (2010, p.8)<sup>16</sup>.

Stuart Hall ao tratar da formação de identidade ressalta a necessidade de negociação das pessoas que retêm vínculos com suas tradições com as novas culturas com as quais vivem. A isto Hall definirá como “culturas híbridas”. Conforme o autor:

[As] formações de identidade (...) atravessam e intersectam as fronteiras naturais, [de forma que pessoas que] retêm fortes vínculos com (...) suas tradições (...) são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. (...) Não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas [ – ] culturas híbridas. (...) As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia (Hall, 2004, p. 88-89).<sup>17</sup>

Pensar essa relação leva-nos ao que Halbwachs, ao abordar a questão da memória coletiva e da memória individual, observou com relação à complexidade da combinação de influências. Neste caso, pode-se tangenciar tanto os diferentes espaços quanto as diferentes épocas. Conforme o autor:

(...) quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso (...) A sucessão de lembranças (...) explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos (Halbwachs, 1990, 77).<sup>18</sup>

Ao analisarmos o processo pelo qual as comunidades apropriam-se de determinados meios é relevante a observação feita por Halbwachs de que “[a] medida em que recua no passado, muda, porque algumas impressões se apagam e outras se sobressaem, segundo o ponto de vista de onde a encaramos, isto é, segundo as condições novas onde ela se encontra quando nos voltamos para ela.” (1990, p. 79)<sup>19</sup>

Mas, como descreve Ecléa Bosi “só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (uma sociedade de amigos de bairro, por exemplo) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são

lançados longe, as raízes partidas.” (BOSI, 1994, p. 452).<sup>20</sup> E é justamente nesse sentido que percebemos a possibilidade da memória coletiva ser apropriada por comunidades de quilombos contemporâneos como elemento capaz de garantir a sua identidade enquanto membros remanescentes de quilombolas.

Outro fator também interligado à memória e a identidade e que se relaciona ao processo de formação dos grupos enquanto Remanescente de Quilombo é o espaço. Carolina Pereira observa que a “identidade territorial de um grupo se forma num contexto histórico-espacial que lhe é base e agente formador.” (2010, p.6)<sup>21</sup> Conforme Halbwachs “[q]uando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da idéia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução.” (1990, p. 139)<sup>22</sup>

Tunizo também observa que para a comunidade o âmbito do simbólico, da produção de sentido, supera o aspecto espacial da terra. Conforme Tunizo “os laços de pertencimento com a terra e com a cultura, enquanto patrimônio, que partilham entre si, além de seus vínculos de coletividade, pautados na memória, fundamenta sua auto-identificação enquanto quilombolas.” (Tuzino e Ferreira, 2010, p.7)<sup>23</sup>

Como observa Tuzino, “[a] identificação em torno da etnia na atualidade tem sido uma estratégia de valorização e entendimento das formas de vida dos negros no Brasil.”<sup>24</sup> Contudo, deve-se atentar-se para o fato de que possivelmente a etnia não seja a única estratégia, mas também a questão da legalidade da terra coletiva. Segundo a autora, a temática cultural concomitante ao debate sobre questão étnica tem sido constantemente assunto de discussão no Brasil. Para Pereira “[a]s populações que compõem as diversas etnias excluídas, oprimidas e violentadas no Brasil têm buscado compreender suas origens e reivindicar reconhecimento de sua cultura e dos seus direitos.” Neste caso, lutam principalmente para que o seu papel na formação do nosso país seja reconhecido, além disto, há uma luta para que sejam valorizados social, cultural e politicamente. (2010, p.6)<sup>25</sup>

Mais que a concepção do que venha a ser uma Comunidade Remanescente de Quilombos, é peça chave uma reflexão sobre processo pelo qual se dá ou se mantém a obtenção do título em determinadas comunidades. As discussões em torno dessas podem levar

a um melhor entendimento no que diz respeito aos embates e conflitos em torno do assunto, afinal, há todo um:

‘repertório de leis, decretos, portarias, instruções normativas e outros diplomas legais e administrativos que, nos planos federal ou estadual, moldam a "política de reconhecimento" do Estado brasileiro com relação às comunidades negras rurais e quilombolas, tanto no que diz respeito ao processo de identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas, quanto ao que se refere à definição de outras políticas sociais específicas.’ (<http://www.koinonia.org.br/oq/legislacao.asp>)<sup>26</sup>

---

<sup>1</sup> Alessandra Cristina Rosa; Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais; Mestre em Ciências Sociais da Religião; [ale@city10.com.br](mailto:ale@city10.com.br)

<sup>2</sup> LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, V.; MORTARI, E.C.M. *Quilombos contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. Anais...São Paulo: Intercom, 2006.

<sup>4</sup> ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru, Edusc. 2006.

<sup>5</sup> SILVA, Adilson Rodrigues. *Fenômeno quilombola: a constituição da identidade cultural negra*. Revista África e Africanidades, Ano 3 - n. 9, maio, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em [www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com). Acesso em 05/05/2010.

<sup>6</sup> TUZINO, Y. M. M. ; FERREIRA, P. *Compartilhando patrimônios materiais e imateriais: memória de uma comunidade quilombola do Vale do Ribeira*. Bocc. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 01, p. 01-13, 2010. ; *Meio de divulgação: Digital; Homepage: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-tunizino-estculturais.pdf>*.

<sup>7</sup> O Observatório Quilombola é um espaço interativo, interdisciplinar, dedicado à coleta, organização e análise de informações relativas às comunidades negras rurais e quilombolas, em seus contextos locais e regionais, assim como às políticas pertinentes. Vinculado ao Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA, que atua junto a essas populações desde 1999, o OQ surgiu como forma de ampliar e consolidar a rede de informação iniciada pelo informativo impresso Territórios Negros (TN).

<sup>8</sup> ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru, Edusc. 2006.

<sup>9</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em 22/06/2011.

<sup>10</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Brecha negra em livro branco: Artigo 68, remanescentes de quilombos e grilagens no Brasil*, Anpuh, XII encontro regional de História, 2007.

<sup>11</sup> SILVA, Adilson Rodrigues. *Fenômeno quilombola: a constituição da identidade cultural negra*. Revista África e Africanidades, Ano 3 - n. 9, maio, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em [www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com). Acesso em 05/05/2010.

<sup>12</sup> PEREIRA, Carolina de Freitas. *Recriação da cultura afro-brasileira: a associação quilombola herdeiros do banzo e suas estratégias de afirmação político-cultural*, Viçosa, 2007. Disponível em <http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/2007SegundoSemestre/carolinaFreitas.pdf>. Acesso em 05/05/2010.

<sup>13</sup> RAMOS, Leila Martins. *Comunidades quilombolas no Brasil diante das políticas de patrimônio cultural brasileiro*. Revista África e Africanidades, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, maio 2010. Disponível em:

<[http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Comunidades\\_quilombolas\\_Brasil.pdf](http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Comunidades_quilombolas_Brasil.pdf)>. Acesso em: 2 agos. 2010.

<sup>14</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.



- 
- <sup>15</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.
- <sup>16</sup> RAMOS, Leila Martins. *Comunidades quilombolas no Brasil diante das políticas de patrimônio cultural brasileiro*. Revista África e Africanidades, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, maio 2010. Disponível em:  
<[http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Comunidades\\_quilombolas\\_Brasil.pdf](http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Comunidades_quilombolas_Brasil.pdf)>. Acesso em: 2 agos. 2010.
- <sup>17</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9 ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2004.
- <sup>18</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- <sup>19</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- <sup>20</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- <sup>21</sup> PEREIRA, Carolina de Freitas. *Recriação da cultura afro-brasileira: a associação quilombola herdeiros do banzo e suas estratégias de afirmação político-cultural*, Viçosa, 2007. Disponível em <http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/2007SegundoSemestre/carolinaFreitas.pdf>. Acesso em 05/05/2010.
- <sup>22</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- <sup>23</sup> TUZINO, Y. M. M. ; FERREIRA, P. *Compartilhando patrimônios materiais e imateriais: memória de uma comunidade quilombola do Vale do Ribeira*. Bocc. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 01, p. 01-13, 2010. ; *Meio de divulgação*: Digital; Homepage: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-tunizino-estculturais.pdf>.
- <sup>24</sup> TUZINO, Y. M. M. ; FERREIRA, P. *Compartilhando patrimônios materiais e imateriais: memória de uma comunidade quilombola do Vale do Ribeira*. Bocc. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 01, p. 01-13, 2010. ; *Meio de divulgação*: Digital; Homepage: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-tunizino-estculturais.pdf>.
- <sup>25</sup> PEREIRA, Carolina de Freitas. *Recriação da cultura afro-brasileira: a associação quilombola herdeiros do banzo e suas estratégias de afirmação político-cultural*, Viçosa, 2007. Disponível em <http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/2007SegundoSemestre/carolinaFreitas.pdf>. Acesso em 05/05/2010.
- <sup>26</sup> Observatório de Quilombolas. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/oq/quilombo.asp>. Acesso em 15/05/2011.